6 A EDUCAÇÃO NO PERÍODO REPUBLICANO

Julio Alejandro Quezada Jélvez

Não é por acaso que a chamada Primeira República é conhecida, também, como República Oligárquica, pois os grandes produtores, principalmente os de café, administram o Estado, direta ou indiretamente, de acordo com seus interesses. Esse governo de poucos se reflete em uma educação para poucos, já que não existe ainda uma rede escolar pública que atenda ao conjunto da população brasileira. Com a concentração do poder econômico e político no eixo Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, os modelos educacionais implantados nesses estados atingem certo senso de organização, essencialmente, o ensino superior. Entretanto, deve-se ter claro que a educação brasileira é bastante regionalizada, isto é, com a autonomia de que gozavam os estados para legislar sobre a educação, a qualidade e as condições do ensino são muito particulares.

No presente capítulo, abordaremos a conjuntura que prepara e que sucede a Proclamação da República, assim como sobre as heranças do período imperial e as reformas educacionais que passaram a ocorrer no novo regime. Discutiremos, como fatores fundamentais para a formação da sociedade brasileira do século XX, a emergência da sociedade industrial e o aparecimento do operariado, composto, majoritariamente, por imigrantes.

Durante uma das viagens de Dom Pedro II, as críticas ao regime crescem, animadas por uma imprensa livre o suficiente a ponto de mostrar que o regime imperial chegara ao fim. A delicada situação imperial acentua-se quando Dom Pedro II, ao se ver encurralado, permite que os conservadores assumam o poder político. O Partido Liberal, insatisfeito com a decisão do imperador, cria o Centro Liberal, caracterizado por uma postura contrária à Monarquia, composto pelos principais formadores do Partido Republicano.

Com a fundação do Partido Republicano, em 1870, uma nova opção política surge, além do Partido Brasileiro (conservador) e do Partido Liberal. O movimento, antes relacionado à periferia, atinge o Sudeste, paralelamente ao desenvolvimento da economia cafeeira e à formação de uma nova elite agrária que passa a ver a Monarquia como um atraso para as necessidades do setor exportador. As idéias eruditas do imperador acabam atravancando os interesses da nova elite, que exigia a construção de novas ferrovias, créditos agrícolas e a implantação do Federalismo (maior autonomia das províncias, ao contrário do rígido centralismo imperial).

A presença dos ideais republicanos se faz mais freqUente entre estudantes, militares e, como já foi dito, em setores da burguesia cafeeira. O pequeno número de representantes republicanos que consegue ser eleito em órgãos legislativos contrapõe-se ao grande número de propagandas veiculadas pela imprensa (peça fundamental para a Revolução Republicana) a favor do novo regime. As críticas aos políticos e ao governo, muitas vezes, resultam em execuções no anonimato.

O exército brasileiro, até ausente desse processo, alcança, após a Guerra do Paraguai, perspectivas mais amplas. Influenciado pelo positivismo, torna-se a instituição mais consciente e exigente em relação ao seu papel na condução dos problemas nacionais, ao mesmo tempo em que começa a se simpatizar com a idéia de romper com as bases do Império deferidas pelo Partido Republicano.

As constantes fugas de escravos, muitas vezes com o auxílio de grupos republicanos, e o debate acalorado na imprensa a favor da abolição da escravatura fazem com que a Lei Áurea seja assinada pela Princesa Isabel, na tentativa de canalizar para o regime imperial a vibração abolicionista. Praticamente um tiro no pé: os Barões do café do Vale da Paraíba deixam de se interessar por compor a última base de sustentação do Império. Alguns desses fazendeiros aliam-se ao movimento republicano. São os conhecidos republicanos do dia 14 de maio.

Os negros libertos, a partir da Abolição, passam a apoiar o regime que estava por cair. A popularidade da Monarquia entre as camadas mais pobres tem seu apogeu nesses últimos momentos. Não por acaso, quando o governo precisou criar uma força paralela ao Exército (que simpatiza mais com o modelo republicano), convocou somente ex-escravos, formando-se, então, a Guarda Negra.

Essa é a conjuntura social e política da Proclamação da República, em 1889, que, embora conte com o apoio de parcelas das camadas populares e dos intelectuais progressistas, não passa de uma reorganização do

poder, que não muda em nada a ordem econômica nacional. Implanta-se de vez o monopólio dos cafeicultores no poder estatal, já que esses não dividem mais o bolo com a oligarquia açucareira.

A primeira Constituição Republicana, de 1891, tem um caráter federalista, pois determina que os estados podem ter constituições próprias, assim como códigos judiciais, eleitorais e forças militares públicas. Instauram-se o governo representativo e o sistema presidencialista. Outra novidade trazida por ela é a eliminação do critério de renda para votar, no entanto, ela mantém a proibição do voto para os analfabetos.

Essa proibição tem reflexos fortes na configuração dos valores morais da sociedade brasileira e, principalmente, na educação, pois a exclusão dos iletrados da esfera eleitoral cria uma aura de discriminação que reconhece somente como capaz aquele que domina as letras. Por conseguinte, a instrução é um elemento um elemento de diferenciação de classe social, assim como o corpo eleitoral é de uma classe, somente chega ao poder membros da mesma classe. Dentro desse montante de pessoas analfabetas, estavam ex-escravos, que se diluem em busca de trabalhos braçais e informais.

Portanto, a educação elementar, até o País sentir a necessidade de aumentar o número de eleitores na década de 1910, é esquecida pelo governo republicano, já que não interessava que as camadas populares se alfabetizassem. Nessa nova Constituição, reafirma-se, também, a descentralização do ensino. São os estados, agora, os responsáveis pela educação elementar e secundária, e a União não auxilia nessa empreitada.

Esse procedimento histórico de delegar aos poderes locais a educação, prática existente até hoje, só faz com que as disparidades educacionais entre as regiões, herdadas do Império, aumentem e se agravem e que as escolas primárias, em sua grande maioria, sigam frágeis e desqualificadas. Esse período, que compreende 1889 a 1930, é rico em reformas educacionais, como se vê a seguir, e o ensino secundário é tema central dessas revisões. Benjamin Constant promove uma reforma no currículo da escola secundária e acrescenta o estudo das Ciências, através de disciplinas como Sociologia, Moral, Direito e Econômica Política. É importante constar que a precária formação dos professores para esses cursos secundários é um problema que não é solucionado nessa época, pois esse tema só será debatido com afinco pelos escolanovistas a partir de 1932.

Com essas ações, começa a vigorar no ensino brasileiro uma mescla de temáticas humanísticas com um enciclopedismo inspirado no Ilumi-

nismo e, principalmente, no Positivismo. A laicização da educação é um grande avanço do período republicano, haja vista que essas tendências, como já vimos no capítulo sobre a educação na modernidade, rompem com a religiosidade e se embasam na cientificidade do conhecimento.

A reforma de Constant atende a interesses de modernização e expansão do ensino da elite brasileira que deseja as configurações educacionais importadas da Europa. Então, por um lado, temos a imensa maioria da população analfabeta ou semi-analfabeta, arraigada ao atrasado processo produtivo brasileiro da agroexportação e que não necessita de uma formação vinculada ao desenvolvimento da racionalidade, como traz o modelo europeu. Por outro lado, tem-se, a elite nacional sedenta por uma formação ligada à investigação e ao invólucro cientificista vindo do velho mundo.

Então, o começo da modernização do ensino brasileiro se dá com o ingresso das Ciências Positivas nos currículos das escolas superiores. Mas foi com a Lei Orgânica Rivadávia Corrêa, de 1911, que os anseios positivistas são atendidos de maneira mais direta, pois essa lei acaba com o controle do Estado sobre a concessão de diplomas, volta com os exames de admissão nas faculdades e desqualifica o ensino secundário.

A sociedade senhorial brasileira oferece limites a todo esse anseio por modernização educativa, e essa resistência logo se nota através da Reforma Carlos Maximiliano, em 1915. Essa reforma retoma a tradicional educação elitista brasileira e apresenta algumas alternativas à necessidade de expansão do ensino. Além disso, cria o exame para ingressar no ensino superior, assim como aplica a obrigatoriedade da apresentação do diploma da escola secundária para fazê-lo.

Em meio a um processo de transição do modelo agrário-exportador para o urbano-industrial, a sociedade brasileira resiste às mudanças da esfera econômica e política, pois o poder das oligarquias rurais ainda é muito grande.

É nessa esteira que ocorre a última reforma educacional da República, a Rocha Vaz, em 1925, que, bastante conservadora, carrega ainda o caráter elitista da sociedade agro-exportadora.

As principais medidas dessa reforma são: aplicação dos currículos do ensino superior, criação da disciplina de Instrução Moral e Cívica nas escolas elementares, acréscimo de elementos ao processo do vestibular e o estabelecimento de uma espécie de comando ideológico do Estado sobre o sistema educativo.

Feito o registro das principais reformas que ocorrem no período republicano, tomaremos, agora, a educação imersa nas mudanças políticas e estruturais pelas quais o Brasil passa, principalmente, a partir da década de 1910. A queda dos preços do café brasileiro no mercado internacional enfraquece politicamente os grandes fazendeiros, e os industriais passam a ocupar espaço como classe emergente, essencialmente, no centro do País.

Com uma maior quantidade de projetos de urbanização, o Brasil anda com velocidade, através de acordos internos e externos, rumo à industrialização economicamente dependente. Empresas e fábricas se multiplicam nessa época, o que acarreta a criação de um grande contingente de operários assalariados que passam a constituir o mercado consumidor interno brasileiro.

A Primeira Guerra Mundial, que ocorre de 1914 a 1918, incentiva o processo de industrialização no Brasil, tendo em vista que os preços dos produtos importados aumentam. Outro fator importante é que o café, acessório que mantinha o Brasil relacionado economicamente com os outros países, deixa de ser procurado pelos países em guerra, por considerá-lo supérfluo, em contrapartida, outros artigos, como carne, banha e borracha, tornam-se prioridade.

Um fator importante para a história do nosso país é a chegada dos imigrantes no final do século XIX e começo do século XX. Sabe-se que, nesse período, chegam em torno de um milhão e meio de imigrantes europeus no Brasil. Inicialmente, os imigrantes passam a trabalhar nas fazendas de café e depois grande parte se torna operário nas indústrias. O Estado brasileiro oferece certas garantias aos imigrantes, como o direito de criarem suas colônias e de negociar perante algumas relações de trabalho.

Entretanto, imensa parcela do povo brasileiro, ex-escravos e descendentes, não obtém nenhuma proteção do Estado, muito menos é foco de algum projeto político que pense na readaptação ou na integração do negro no mercado de trabalho e na sociedade como um todo. Construindo esse diagnóstico, Aquino argumenta, corretamente, na assertiva a seguir:

> *Pode-se afirmar que os ex-escravos passaram a constituir o exército industrial de reserva, assim facilitando a manutenção do pagamento de baixos salários aos trabalhadores empregados. O próprio fato de os antigos escravos não constituírem mão-de-obra técnica especializada contribuiu para que fossem usados nas tarefas menos qualificadas nos centros urbanos e na agricultura em expansão. Assim, o negro que fora as mãos e os pés dos senhores de engenho e o gerador de produção*

> *brasileira durante séculos, ao se tornar livre ficou reduzido a condições de mão-de-obra excedente e de não ter uma ocupação regular.*[a]

A conjuntura aí colocada denuncia a constituição de momentos que são essenciais para a configuração da sociedade que temos hoje. É nesse período que aparecem as primeiras organizações operárias ou sindicatos, que, coordenados principalmente por imigrantes e embasados na corrente anarquista de pensamento e no socialismo, fazem os primeiros congressos e as primeiras greves no centro do País.

Em relação à educação, essas organizações travam lutas com o governo republicano pela construção de escolas públicas e entram em atrito com a Igreja pela laicização da educação. Dessas batalhas políticas, nasceram escolas operárias e bibliotecas populares em quase todos os estados do País. Esses estabelecimentos funcionavam, muitas vezes, de modo informal e com condições precárias, além de sofrer grande perseguição política. Com a eclosão da Revolução Russa em 1917 e a conseqüente difusão das idéias de esquerda pelo mundo, o operariado passa a se inspirar em tais idéias. O tenentismo (movimento político-militar de jovens oficiais do exército brasileiro contra a estrutura política do País), que mais tarde irá desencadear a Coluna Prestes (marcha que percorre o território nacional sob o comando de Luís Carlos Prestes), é influenciado pelos ideais dessa revolução comunista.

Nos início dos anos 1920, também se organiza o Partido Comunista Brasileiro, que, no processo de planejamento de um projeto político amplo, traça alguns princípios educacionais. Dentre esses princípios, destacam-se: a ampliação da escola pública e leiga, multiplicação das escolas profissionais para ambos os sexos, melhorias nas condições de vida dos educadores e auxílio financeiro para crianças pobres em idade escolar. O Partido ainda é uma ferramenta educacional muito eficaz para seus membros, pois, internamente, há cursos e aulas de formação política muito disciplinadas e densas.

Ponto final

A República brasileira é uma época em que o Estado é o meio de concretização de interesses particulares de classe, ou seja, a estrutura administrativa e jurídica do País é controlada pelos grandes produtores rurais e, mais tarde, também, pela burguesia industrial em ascensão. Podemos notar isso na própria legislação educacional do período, que advém muito mais de questões políticas e ideológicas do que de um debate pedagógico mais aprofundado.

---

[a] AQUINO, 2000b, p. 178.

A educação republicana é marcada pela continuidade da valorização do ensino superior (já que esse é o espaço reservado a instrução das elites), pelo aparecimento da discussão mais acirrada acerca da democratização do ensino, que surge junto às reivindicações das classes médias progressistas e com o aparecimento das associações operárias. O desenvolvimento da Escola Nova, como corrente pedagógica com invólucro inovador, é um momento importante para a educação do fim da Primeira República.

Indicação cultural

Sugerimos a leitura dos capítulos "Constituição do Ministério da Educação e articulações entre os níveis Federal, Estadual e Municipal da educação", "Educação Brasileira: Dilemas Republicanos Entrelinhas de seus Manifestos" e "A Educação Infantil no Século XX", do livro:

STEPHANOU, M. BASTOS, M. H. C. Histórias e memórias da educação no Brasil, v. 03: Século XX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

Atividades

1) Recapitule os fatores propiciadores do fim do Império no Brasil e identificar as formas de produção econômica e governabilidade política que se deslocaram para o regime republicano.

2) Aponte as mudanças na educação ocorridas no período republicano e relacioná-las com a situação da educação no período do Império.

3) Elabore um texto com as características do ensino primário no Brasil, considerando as questões elaboradas nas atividades 01 e 02 e a leitura complementar sugerida neste capitulo.

7 A EDUCAÇÃO NA ERA VARGAS

Julio Alejandro Quezada Jélvez

A Revolução de 1930 possibilita o surgimento de um novo modelo estatal, mais complexo, mais heterogêneo com relação aos seus objetivos, o que representa a descaracterização do sistema monolítico oligárquico que rege o Brasil ate então. A origem e o desenvolvimento desse novo cenário nacional ocupam-nos bastante no início deste capitulo, pois, a partir de Vargas, é que o Brasil realmente nasce para a modernidade capitalista e supera seu estado neocolonial. Ao nos aprofundarmos nesse importante episódio de nossa história, protagonizado por Getúlio Vargas, procuramos salientar a trajetória do homem político através do relato da explicação crítica dos projetos de nação que são implementados no seu tempo. Dentro desses projetos, está a educação, que é tema de grande reformulação legislativa. Sua qualificação e expansão estão na pauta de todas as reivindicações promovidas pelos mais distintos grupos sociais.

A política do café com leite, implementada na República Velha, é um programa de revezamento do poder nacional entre São Paulo, maior potência econômica nacional, devido à produção de café, e Minas Gerais, maior centro eleitoral, produtor de leite.

Em 1929, Washington Luís (presidente paulista) indica como seu sucessor, o também paulista, Julio Prestes, rompendo com o acordo café com leite. É apoiado por 17 estados, sendo que apenas Rio Grande do Sul, Minas Gerais é Paraíba não aceitam essa indicação. Assim, chega ao fim tal política e se inicia uma articulação de frente contrária à decisão do presidente. Lideranças dos três estados opositores aliam-se a políticos contrários ao governo (inclusive, o Partido Democrático de São Paulo) e fundam a Aliança Liberal em agosto de 1929. As eleições do dia 1º de março de 1930 dão a vitória a Julio Prestes, porém a Aliança Liberal denuncia a fraude eleitoral e não reconhece a vitória do

candidato eleito. As acusações de fraude, o assassinato de João Pessoa (líder paraibano da bancada de aliança liberal) e a grande crise econômica gerada pela Quebra da Bolsa de Nova Iorque, em 1929, são condições favoráveis para a concretização de uma revolução, conhecida como Revolução de 30, que, embora tenha tido repercussão no país inteiro, não é uma revolução nacional, mas, sim, um movimento regional.

Iniciada no dia três de outubro no Rio Grande do Sul e liderada principalmente por jovens políticos e oficiais do exército (que por não vislumbrarem ascensão política na atual conjetura e serem rotulados como revolucionários, nada tinham a perder), alastrou-se, rapidamente, por todo o país.

O presidente Washington Luís é deposto e exilado juntamente com Julio Prestes e outros magnatas da República Velha. O exército, às três horas da tarde de três de novembro de 1930, passa o poder, no palácio do Catete, a Getúlio Vargas, que assumiria o governo provisório com plenos poderes. Suas primeiras medidas, como chefe de Estado, são:

- o fechamento do Congresso Nacional;
- das Assembléias Estaduais;
- das Câmaras municipais;
- a criação dos Ministérios da Educação e da Saúde Pública; da Indústria e Comércio e do Trabalho;
- a nomeação de interventores para todos os governos estaduais;
- e a revogação da Constituição vigente.

Devido a forte pressão popular, Vargas aprova a promulgação da Constituição de 1934, que tem como um fator progressista a incorporação da ainda incipiente legislação trabalhista e sindical. Todavia, mantém os privilégios das oligarquias latifundiárias do país, pois não sugere distribuição de terras, o que deixa os tenentistas mais progressistas desgostosos.

A nova magna carta é a primeira a ter um capítulo inteiro sobre educação e cultura. Estabelece a educação como direto de todos, a gratuidade do ensino primário, a obrigatoriedade da escola primária integral e a assistência a estudantes necessitados.

Passam a ser competência da União fixar um plano nacional de educação, fiscalizar a execução desse plano e traçar as diretrizes da educação. Mesmo que alguns autores critiquem a educação no período republicano, por haver uma descentralização, Piletti destaca que

> *Se, por um lado, tais atribuições constituíram o início da construção de um sistema nacional de educação, por outro lado, assinalaram uma profunda centralização das competências. A autonomia dos Estados e dos diversos sistemas educacionais foi limitada, quase tudo passou a depender da autoridade superior.*[a]

Apesar das novidades mencionadas, a Constituição de 1934 não obtém grande efeito no sentido de solucionar ou amenizar os conflitos políticos da época. As superficialidades jurídicas de seu conteúdo e o seu descolamento da realidade deixam brechas para a continuação de várias reivindicações políticas e para uma criação de um sentimento de descaso com o texto constitucional.

Essa frustração em relação às medidas legais de políticas do governo e a difusão, cada vez maior, de idéias comunistas fazem com que as alternativas revolucionárias ganhem força. É dessa efervescência que o Partido Comunista, juntamente com membros do diluído tenentismo, cria a Aliança Nacional Libertadora (ANL), que vai promover em 1935, liderada por Prestes, o levante Comunista (pejorativamente chamado, pelas cúpulas militares, de *intentona comunista*; Intento como "plano de loucos").

O objetivo maior do levante é o de implantar um governo de passagem para o socialismo, através da tomada do poder de Estado pelas armas, mas, como não conta com o apoio das massas, resume-se a revoltas localizadas. Ainda que tenha finalidades populares e progressistas, esse movimento é progressista; esse movimento é feito, basicamente, por militantes políticos e intelectuais. Após esse conjunto de ações, a perseguição aos comunistas torna-se prática comum do Estado, e todo esse alvoroço político e social provocado pela Intentona Comunista cria o desejo, na elite conservadora, de um regime que fosse rígido com os contraventores. Abrem-se, então, as portas para o estabelecimento, através de um golpe de Estado, do Estado Novo, em 1937.

O integralismo – movimento nacional de época, de inclinações fascistas, influenciado pelo modelo europeu (principalmente, Alemanha e Itália) – destaca-se como representante maior da camada conservadora que apóia, ideologicamente, o golpe de Vargas. O Brasil passa, portanto, por um momento de implantação de um regime autoritário com fortes vínculos com a extrema direita.

---

[a] PILETTI, 1997.

Instituído o Estado Novo, instaura-se uma organização burocrática cada vez mais densa. A centralização política no executivo e a personificação do poder na figura do presidente são características que se notam, veladamente ou não, na Constituição de 1937.

No que refere à economia, o Estado Novo é marcado pelo contínuo crescimento da industrialização brasileira e pela política de substituição da exportação pela produção interna. Há, então, certa variação nos setores que despontam, por exemplo, as áreas de metalúrgica e siderúrgica, que não tinham tido muito espaço, desenvolvem-se bastante, mas, por outro lado, o setor de automóveis e eletrodomésticos estaciona nesse período.

No campo social, o elo entre o governo e as classes trabalhadoras dá-se permeado por inovações na legislação que irão reformular as relações de trabalho. Primeiramente, em 1940, é criado o imposto sindical para propiciar a manutenção dos sindicatos, independentemente da quantidade de associados que esse possua. Também, nesse ano, aparece o salário mínimo regional.

Porém, os aspectos legais mais relevantes surgidos no Estado Novo estão expostos na precisa descrição a seguir, elaborada por Lopez:

> *[...] em 1943, codificou-se toda a legislação trabalhista na chamada CLT ou Consolidação das Leis do Trabalho, documento onde se nota claramente uma combinação de paternalismo estatal e fascismo, simbiose que foi a própria essência do Estado Novo. Criou-se então a Carteira Profissional para o trabalhador, a qual servia, entre outras coisas, para os patrões informarem-se uns aos outros sobre seus empregados, visto que o interesse de classe deveria prevalecer sobre tudo o mais. Através desse instrumento, o capitalismo poderia exercer uma função policial em relação aos trabalhadores, notificando-se do comportamento e maneira de pensar deles.*[b]

Com a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, por pressão externa estadunidense e interna dos democratas antifascistas, já no fim do Estado Novo, vê-se, novamente, um campo fértil, o retorno de reivindicações sociais e das lutas por mais liberdade e democracia.

As ações da administração de Vargas viam-se em uma enorme contradição, pois soldados brasileiros morrem na guerra ao combater as ditaduras fascistas de Hitler e Mussolini, enquanto o Brasil vive em um regime autoritário bastante influenciado pelas idéias fascistas.

---

[b] LOPEZ, 1991.

Então, na tentativa de melhorar sua imagem perante a população, em 1945, Vargas concede a anistia aos comunistas e a censura já é quase inexistente. O golpe de outubro desse ano tira-o do poder, e o governo que se instaura não marca uma redemocratização progressista repleta de idéias transformadoras, pelo contrário, pode-se afirmar que se preserva o que há de mais conservador e se dá continuidade ao modelo burocrático getulista.

Com o fim do Estado Novo, Vargas retira-se por um tempo de cenário político e volta para São Borja, no Rio Grande do Sul, sua cidade natal. Nesse seu exílio voluntário, o ex-presidente, ao fazer suas análises de conjuntura, percebe o prestígio que as correntes de esquerda ganham com as massas em todo mundo e ensaia certa aproximação com essas teses. Essa aproximação, certamente tem como objetivo a tentativa de retornar ao poder.

A educação com Vargas se viu valorizada, há muito tempo que não se tinha dado tanta atenção a ela. Era responsabilidade do governo. O aluno podia ser pobre ou rico, a idéia era que todos tivessem acesso à escola. Ter educação era poder vislumbrar um futuro melhor, pois nessa época o Brasil se encontrava em desenvolvimento. Era o desenvolvimento industrial. Nesse tempo "não havia diferença entre classes", a educação só queria reajustar o aluno que era indisciplinado, desajustado. Queria corrigi-lo. Ser aluno era se sentir fazer parte de um grupo, era aprender a viver, aprender a aprender, era poder esperar uma outra vida, era sair da marginalidade.

Através das eleições presidenciais, em 1950, Getúlio Vargas volta ao poder e começa um governo eminentemente populista, marcado pelas constantes tentativas do presidente de se aproximar das camadas trabalhadoras. O grande desafio econômico dessa nova etapa varguista é manter o crescimento aliado à diversificação produtiva, isto é, conseguir fazer com que outros setores se desenvolvam sem permitir a desmedida entrada de capital estrangeiro no País, para não criar um atrito com suas bases populares e sindicais. Nessa gestão, Vargas procura harmonizar seu viés populista com o atendimento de alguns anseios dos setores conservadores da sociedade. No entanto, as críticas recebidas pelo governo são oriundas muito mais da direita elitista do que das camadas populares, porque as ações estatais desse período são bem mais progressistas do que as anteriores. Dentre as medidas populistas, é interessante ressaltar a criação da Petrobrás, e os aumentos no salário mínimo, que em 1954, por exemplo chegou a subir 100%.

Frente a essas condições, a oposição, comandada pela União Democrática Nacional (UDN), partido conservador, passa a atacar violentamente o governo e a própria pessoa do presidente. O mais veemente critico de Vargas é o jornalista do Jornal Tribuna da Imprensa, Carlos Lacerda, que, ao sofrer um atentado, relaciona-o à figura do presidente e ao chefe de sua guarda pessoal, Gregório Fortunato. Como o atentado na Rua Toneleiros resulta na morte de um major, quem preside o inquérito é a Aeronáutica.

Os interesses dos opositores do governo unem-se às pressões militares das forças armadas, visto do presidente. Getúlio, então, imerso na pressão para deixar o cargo e vinculado ao atentado a Carlos Lacerda, suicida-se em 24 de agosto de 1954, deixando sua carta testamento por ser esta um documento histórico, reproduziremos alguns trechos a seguir:

> *Mais uma vez, as forças e os interesses contra o povo coordenaram-se novamente e se desencadeiam sobre mim. Não me acusam, insultam, não me combatem, caluniam e não me dão o direito de defesa. Precisam sufocar a minha voz e impedir a minha ação, para que eu não continue a defender, como sempre defendi, o povo e, principalmente, os humildes. [...] Depois de decênios de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais, fiz-me chefe de uma revolução e venci. Iniciei o trabalho de libertação e instaurei o regime de liberdade social. Tive de renunciar. Voltei ao governo nos braços do povo. (...) Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia não abateram meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na história. Getúlio Vargas.*[c]

Para alguns historiadores, o suicídio de Getúlio significou uma grande jogada política, visto que a comoção nacional gerada pela publicação do testamento manuscrito impede a candidatura de Lacerda e atrasa a tomada do poder pelos militares em dez anos. Porém, é nas palavras de Lopez que vislumbramos uma coerente interpretação acerca da morte de Vargas: "Na verdade, ela revelou os limites de classes de um reformista que, ante a perspectiva de ser derrubado, não teve como se transformar em revolucionário, ativando o povo para se der."[d]Com isso o então vive-presidente, Café Filho, assume o governo do Brasil.

Feita essa retrospectiva histórica, social, política e econômica a respeito dos primeiros quinze anos da administração de Getúlio Vargas, trataremos, agora, mais detidamente, da educação, analisaremos aqui todo

[c] HISTÓRIA DO BRASIL.NET, 2007.
[d] LOPEZ, op cit.

período que compreende a Era Vargas, com intuito de relacionar criticamente os aspectos legais e pedagógicos com os referidos contextos.

São promovidas as Constituições de 1934, 1937 e 1946 durante o tempo em que Getúlio governa o país. Para ser ter uma noção geral de como é tratada a educação e de quais são as influências desses textos constitucionais, cabe uma rápida comparação entre eles.

A constituição de 1934 é de tendência democratizante, pressupõe a gratuidade e a obrigatoriedade de todos os níveis de ensino e afirma que o Estado deve garantir a expansão educacional.

A de 1937 é produzida por tecnocratas e tem abordagem antidemocrática, pois desobriga o Estado de seu papel de responsável pela manutenção e expansão do ensino e prevê um ensino público pago, que é a cobrança de taxas desde o ensino elementar.

Já a Carta Magna de 1946, que tem uma perspectiva liberal, retoma o papel do Estado como responsável pela educação e afirma a gratuidade do ensino primário.

Os elementos que trazem os conteúdos constitucionais analisados acima, sem duvida, são reflexos de um conjunto de questões históricas que demandam uma formatação jurídica especifica. por isso, é preciso considerar que, segundo Xavier, Ribeiro e Noronha: "Se as constituições de 1934 e 1946 trazem um conteúdo de tendências democratizantes, quando comparadas á de 1937, é certo, também, afirmar que boa parte desse conteúdo é apenas afirmado em palavras, Isso porque existe na lei, mas não chega a ser totalmente cumprido."[e]

O início da Era Vargas é marcado por uma disputa ideológica no campo da educação Nova, abarca tanto intelectuais elitistas (como Fernando de Azevedo), quanto liberais igualitaristas (como Anísio Teixeira) é portanto, bastante heterogênea. A avaliação que faz o professor Ghiraldelli. "O governo Vargas assistiu a tudo isso, procurando fornecer uma imagem de mediador imparcial. Todavia, as preferências do governo pelas opções políticas de direita não puderam ser dissimuladas."[f]

Ele prossegue quando afirma que o governo tem de lidar com habilidade com essa controvérsia, pois é impossível negar o apoio dos católicos e, ao mesmo tempo, era necessário manter-se aliado aos educadores liberais e suas propostas pedagógicas inovadoras.

---

[e] XAVIER; RIBEIRO; NORONHA, 1994.
[f] GHIRALDELLI JR., 2001.

É importante ressaltar que, apesar da primeira constituição da Era Vargas ter sido promulgada em 1934, a primeira lei do ensino primário só é aprovada em dois de janeiro de 1946. É a única regulamentação nacional do ensino primário desde 1827. Essa lei tem três objetivos principais:

- desenvolver a personalidade do aluno,
- prepará-lo à vida cultural e familiar,
- e iniciá-lo ao trabalho.

O ensino primário passa a ser dividido em fundamental (destinado às crianças de 7 a 12 anos, que compreendia 4 anos do curso elementar) e supletivo (voltando aos adultos e adolescentes maiores de 13 anos).

Em relação ao ensino secundário, a regulamento se fez logo após a tomada do poder por Vargas e sofre a primeira reforma em 1931 e a segunda, em 1942. Tanto na primeira (realizada pelo ministro da educação Francisco Campos), quanto na segunda (feita pelo, também ministro, Gustavo Capanema), o objetivo é a formação geral e a preparação para o ensino superior. Nas duas leis, a consciência patriótica é acentuada, bem como a formação do homem para todos os grandes de atividade nacional.

Tanto em 1931, quanto em 1942, o ensino secundário e divido em dois graus (curso fundamental e curso complementar ou pré-universitário). Contudo, a duração desses cursos varia em cada uma das reformas: em 1931, o curso fundamental dura cinco anos e o complementar dois; já em 1942, há um curso ginasial de quatro anos que sucede um curso colegial de três anos. Mais tarde este perde seu caráter de preparação para o ensino superior e passa a preocupar-se somente com a formação geral.

Alguns autores criticam essas duas reformas, afirmando que uma rígida e exagerada estrutura de avaliação é criada, além disso, as leis não visam a articular o ensino primário com os diversos ramos do ensino médio, que corresponde ao secundário. Na reforma de Francisco Campos, é criado o cargo de inspetor escolar, com a idéia de melhor organizar a rede pública, porém tal sistema caracteriza-se por um legalismo de extrema rigidez.

A Reforma Capanema, no que se refere ao ensino profissionalizante não é suficiente para atender à demanda de mão-de-obra que advém da acelerada industrialização do período. Portanto, pelo setor público

não suprir as necessidades postas, através de legislação complementar, são criadas outras entidades vinculadas ao ensino profissional. Podemos destacar, dentre esses estabelecimentos, o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac).

Um dos aspectos mais importantes para a pedagogia, que envolve tal reforma, é a valorização das escolas normais (o magistério), que, no período, chega a quinhentas e quarenta e nove instituições. Além das escolas normais, surgem os Institutos de Educação, que oferecem cursos de especialização para professores em geral e de habilitação aos diretores, inspetores e orientadores escolares (administradores das instituições de ensino).

Embora o texto constitucional de 1934 (em seu art. 129) garantisse o ensino técnico-profissional ás classes menos favorecidas, a Reforma de 1942 possibilita o direcionamento desse ensino a todos os brasileiros. Dessa maneira, é regulamentado o ensino industrial (1942); o ensino comercial (1943) e o ensino técnico desenvolvem-se como o ensino secundário, em dois ciclos. Na tentativa de atender às reivindicações dos educadores, que ressaltam a necessidade de esse instituir o ensino universitário no país, é decretado o Estatuto das Universidades Brasileiras, em 1931.

Esse estatuto irá possibilitar a criação da primeira Universidade, situada em São Paulo (USP – 1934), modificando a estrutura do ensino superior, até então, caracterizado por escolas superiores isoladas de caráter marcadamente profissional. Nos anos seguintes á criação da Universidade de São Paulo, nasce, no Rio de Janeiro, a Universidade do Distrito Federal. O referido estatuto vigora, com poucas modificações, ate 1968, quando é feita a reforma universitária.

Como já vimos, a Constituição de 1946 carrega consigo o processo de redemocratização que vive o País. Consta nela que a União deve elaborar um projeto de lei sobre as bases e as diretrizes da educação. Em 1947, período em que Vargas não estava no poder, um grupo de intelectuais, organizado pelo Ministério da Educação, elabora esse projeto e, no ano seguinte, ncaminha-o, pelas mãos do ministro Clemente Mariani, ao Congresso Nacional. O primeiro projeto da LDB é, então, arquivado, logo passa por algumas rediscussões, mas só é promulgado em 1961.

Com essa retomada dos principais fatos que envolvem a educação nas administrações de Getúlio Vargas, esperamos ter esclarecido a impor-

tância desse período para o devir da pedagogia brasileira. É visível que Vargas, na totalidade de sua gestão, teve muita habilidade para conquistar os mais diversos setores sociais. Com uma estratégia dialética de, ora se utilizar da repressão, ora da cooptação, o governo, de estilo paternalista, controla os trabalhadores.

Esse é o desenho mais típico do populismo que tem em Vargas a maior referência em toda história do Brasil.

A estrutura tática administrativa descrita acima, estende-se à educação, pois o governo se põe sempre dúbio, no sentido de apoiar em alguns momentos as camadas conservadoras e, em outros, os setores liberais. A centralidade burocrática, principalmente, da primeira gestão getulista, representa um delineamento de regularidade ao sistema escolar brasileiro, ou seja, uma organização mais madura e ma certa continuidade das ações educativas. A reforma Capanema tem, portanto, como legado essencial, o pioneirismo na natividade de estruturação no ensino nacional.

Podemos afirmar, portanto, que a Era Vargas é o verdadeiro início do século XX, no que se refere ao aparecimento dos diferentes projetos de sociedade para o Brasil. Depois dos anos de 1930, as organizações populares participam mais intensamente da política nacional, o que se reflete na educação, pois essa se sistematiza mais definitivamente.

Ponto final

Neste capítulo, vimos a educação na Era Vargas. Fizemos uma breve contextualização de todo o período e por fim falamos sobre a educação: como Vargas a tratou durante seus dois mandatos. Com as Constituições de 1934, 1937 e 1946, pudemos entender o contexto da educação no cenário brasileiro.

Indicações culturais

Sugerimos a leitura dos capítulos "O populismo Getulista: tentativa de interpretação", "O Estado Novo:uma avaliação" e "A evolução econômica pós 45", do livro: LOPES, L. R. *História do Brasil Contemporâneo*. 6. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991.

Sugerimos ainda a leitura dos capítulos "O Estado Novo" e "A quarta república", do livro:

GHIRARDELLI JR., P. *História da educação*. São Paulo: Cortez, 2001.

Atividades

1) Elabore uma síntese da participação de Getúlio Vargas na Revolução de 1930, explicitando em que, exatamente, consistiu essa participação.

2) Contextualize o surgimento do Estado Novo e suas principais medidas de centralização política.

3) Estabeleça os postulados políticos de Getúlio Vargas nas eleições de 1951 para presidente e a intencionalidade criada entre sua aproximação com as bases populares e com os sindicatos de um lado, e os esforços de controle sobre a entrada do capital estrangeiro ao Brasil, apontando para o desenlace desse conflito.

4) Elabore um texto com o tema: "A educação no período Vargas". Já considerando as leituras sugeridas.